

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.682.627 - SP (2017/0159139-0)

AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JORGE MIGUEL FILHO E OUTRO(S) - SP103549
AGRAVADO : VECOL VEICULOS SA
ADVOGADOS : MAURO AUGUSTO MATAVELLI MERCI - SP091461
TANIA DE CARVALHO FERREIRA ZAMPIERI E
OUTRO(S) - SP131296

DECISÃO

Na origem, cuida-se de ação ajuizada por Vecol Veículos Ltda. em desfavor da Fazenda do Estado de São Paulo, objetivando a anulação do crédito tributário inscrito em certidão de dívida ativa referente a IPVA.

Na primeira instância, os pedidos formulados na inicial foram julgados improcedentes. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi mantida em acórdão assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO - AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - IPVA - ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - COMUNICAÇÃO REALIZADA TARDIAMENTE PELO ALIENANTE AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO COMPETENTE - PRETENSÃO À INEXIGIBILIDADE DO REFERIDO TRIBUTO IMPOSSIBILIDADE.

1. É ônus do alienante providenciar, perante o Órgão de Trânsito, a comunicação da alienação de veículo automotor, sob pena de responsabilização solidária, com relação ao adimplemento de obrigações de natureza tributária e aquelas decorrentes de infração de trânsito. 2. Inteligência dos artigos 6º, II e § 2º, da Lei Estadual nº 13.296/08 e 134 do CTB. 3. Precedentes da jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça. 4. Ação de procedimento ordinário, julgada improcedente. 5. Sentença, mantida. 6. Recurso de apelação, apresentado pela parte autora, desprovido.

Vecol Veículos Ltda. interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal por ofensa aos arts. 131, I, do Código Tributário Nacional e 3º, I, da Lei Estadual n. 13.296/2008.

Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso especial para declarar a ilegitimidade passiva do recorrente com relação aos débitos tributários relativos a exercícios posteriores à data de tradição do veículo automotor (fls. 218-220).

No presente agravo interno, a parte alega que o enunciado n. 280 da Súmula do STF constitui óbice ao conhecimento do recurso especial, pois o Tribunal de origem declarou a responsabilidade da parte autora pelo pagamento do IPVA com fundamento no art. 6º, II, da Lei estadual n. 13.296/2008.

Apresentada impugnação, a parte agravada requer a manutenção da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Diante das razões apresentadas no agravo interno, reconsidero a decisão agravada e passo à análise do recurso especial.

Discute-se nos autos a responsabilidade tributária do alienante do veículo pelo pagamento do IPVA referente ao período posterior à sua alienação, em razão da ausência de comunicação da transferência do veículo.

O Tribunal de origem entendeu pela responsabilidade solidária do alienante pelo pagamento do tributo com fundamento na Lei estadual n. 13.296/2008, *in verbis* (fls. 159-160):

Pois bem. Os elementos de convicção produzidos nos autos não demonstram a presença de quaisquer irregularidades ou ilegalidades quanto à exigibilidade, pelo Fisco Paulista, do tributo impugnado na lide, porquanto a alienação de veículo automotor foi comunicada pela parte autora, ao Órgão de Trânsito competente, somente, em 13.7.2.011 (fls. 41).

Ademais, é ônus do alienante, após a realização do negócio jurídico, cientificar a Administração Pública a respeito da alienação de veículo automotor, para fins de atualização cadastral, sob pena de responsabilização, solidária, com relação às obrigações de natureza tributária e aquelas decorrentes de infração de trânsito, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso II, § 2º, da Lei Estadual nº 13.296/08 e 134 do Código de Trânsito Brasileiro, respectivamente, com as seguintes redações:

"Artigo 6º - São responsáveis pelo pagamento do imposto e acréscimos legais:

II- o proprietário de veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração no Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de 30 (trinta) dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável;

§ 2º - A responsabilidade prevista nos incisos I, II III, VII, VIII, IX, X, XI e XII deste artigo é solidária e não comporta benefício de ordem." (destaques acrescidos)

"Artigo 134 - No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação."

Assim, é indubitoso que a parte apelante responde, solidariamente, pelo adimplemento do IPVA, até a comunicação da alienação do bem móvel, sendo certo que o fato gerador da referida exação ocorre, para os veículos automotores usados, em 1º de janeiro de cada exercício, consoante o disposto na legislação de regência.

A recente jurisprudência do STJ é no sentido de que, "na falta de comunicação ao órgão de trânsito da transferência de veículo automotor pelo alienante, será solidária a sua responsabilidade tributária pelo pagamento do IPVA, desde que haja previsão em lei estadual".

Segue a ementa integral do julgado:

TRIBUTÁRIO. IPVA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. EX-PROPRIETÁRIO. DÉBITOS POSTERIORES À ALIENAÇÃO, MAS ANTERIORES À COMUNICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE ÀS AUTORIDADES DE TRÂNSITO. SÚMULA 585/STJ. LEI ESTADUAL. OBSERVÂNCIA. PRECEDENTES DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO.

1. *In casu*, o Tribunal de origem consignou que o regime jurídico a que se submete o alienante do veículo não sofreu significativas alterações nem mesmo com a Lei Estadual 13.296/2008, que ab-rogou a Lei Estadual 6.606/1987, regulando integralmente o tratamento tributário do IPVA. In verbis: "O regime jurídico a que se submete o alienante do veículo não sofreu significativas alterações nem mesmo com a Lei nº 13.296/2008, que ab-rogou a Lei nº 6.606/1987, regulando integralmente o tratamento tributário do IPVA. (...) Como se vê, a responsabilidade tributária do alienante decorre de previsão expressa nos sucessivos regimes legais do IPVA no Estado de São Paulo, que exercer supletivamente a regulação da matéria, à míngua de lei complementar nacional que definisse o contribuinte do imposto. Insista-se que as leis tratam de estabelecer o sujeito passivo indireto da obrigação tributária, atribuindo-lhe a responsabilidade em consonância ao disposto no art. 128 do CTN. Por tal particularidade normativa, é possível afastar a aplicação do enunciado da Súmula 585 do C. STJ, que tão somente veda a extensão das normas do CTB aos débitos tributários relativos ao não pagamento do IPVA. (...) Inconteste, portanto, a responsabilidade solidária do alienante no pagamento do débito do IPVA, quando não comunicada a venda a tempo, por previsão expressa na legislação estadual, cuja constitucionalidade vem reiteradamente reconhecida pelos diversos Órgãos fracionários deste E. Tribunal".

2. O STJ recentemente editou a Súmula 585 sobre o tema: "A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação". (Súmula 585, Primeira Seção, DJe 1º/2/2017).

3. Nada obstante isso, o entendimento do STJ tem sido no sentido de que na falta de comunicação ao órgão de trânsito da transferência de veículo automotor pelo alienante, será solidária a sua responsabilidade tributária pelo pagamento do IPVA, desde que haja previsão em lei estadual.

4. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

5. Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010.

6. Ressalte-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional. 7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1775668/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 17/12/2018)

Assim, estando o acórdão regional recorrido em conformidade com o entendimento jurisprudencial desta Corte, não merece ser reformado.

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 259 c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

